

## O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS: UMA ANÁLISE DE MATERIAIS DIDÁTICOS

Eli Ribeiro dos SANTOS  
Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: [eliufmg@gmail.com](mailto:eliufmg@gmail.com)

**Resumo:** As pesquisas que abordam o ensino de Língua Portuguesa (LP) para surdos têm demonstrado a ausência de materiais didáticos específicos para esse grupo. Ao pesquisarmos os materiais disponíveis no mercado, confirmamos o restrito número de livros que apresentam alternativas, que favoreçam o ensino de LP como segunda língua de surdos. Contudo, professores e alunos estão em sala de aula e precisam encontrar alternativas para não inviabilizar o ensino-aprendizagem da LP. Avaliar como os professores desses alunos estão suprindo essa lacuna é o objetivo geral de nossa pesquisa (em andamento). Ensinar a leitura e a escrita da LP é desafio para uma escola inclusiva e bilíngue. Nesse estudo propomos a observação e análise dos materiais didáticos escolhidos/elaborados por professores de LP para surdos. As concepções de bilinguismo, ensino de língua materna e segunda língua são alguns dos pontos a serem observados. Nosso objetivo é contribuir com a discussão sobre o ensino de LP para surdos e trilhar novos caminhos na busca por melhorias nas condições de ensino dos surdos.

**Palavras-chave:** Surdos; L2; Ensino de LP;

### Introdução

Começamos nossa escrita tomando como inspiração e motivação os dizeres do decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2001 e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Em seu capítulo VI - Da garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva – o Decreto nos afirma que:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo [...] (BRASIL, 2005, CAP. VI).

A busca pela efetivação do que propõe o decreto é o momento que profissionais e pesquisadores da educação de surdos vivem no contexto escolar brasileiro. Nesta pesquisa tentaremos contribuir, não de forma inovadora ou revolucionária, mas de forma colaborativa, com as pesquisas sobre educação de pessoas surdas.

O decreto citado já traz em seus dizeres um alerta importante, que é a “inclusão de alunos surdos”. O termo pode parecer conhecido, mas vale a pena recordar que integração e inclusão, na prática escolar, não são palavras sinônimas e sim atitudes que se complementam. Segundo Augusta:

Tanto a integração quanto a inclusão são formas de inserção social, mas enquanto a primeira trata as deficiências como problema pessoal dos sujeitos e visa à manutenção das estruturas institucionais, a segunda considera as necessidades educacionais dos sujeitos como problema social e institucional, procurando transformar as instituições [...] a inclusão exige medidas mais afirmativas para adequar a escola a todos os alunos, inclusive os que apresentam necessidades especiais (AUGUSTA, 2006, p.24).

A integração se caracteriza pela adoção de mudanças nas estruturas físicas do ambiente escolar, que contribuam para o acesso das pessoas que possuem alguma necessidade especial. A instalação de rampas, elevadores, banheiros adaptados, ampliadores da visão etc. Sendo assim, não estamos tratando de condições de aprendizagem, mas do respeito a que todos fazem jus, de terem suas diferenças respeitadas.

O conceito de Inclusão relaciona-se a um ponto de vista voltado para as especificidades cognitivas de cada sujeito; há nele uma real participação de todos os membros que estão presentes em um ambiente. No caso da escola, isso requer mudanças nas concepções e métodos de ensino para que todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver plenamente suas habilidades.

A junção entre integração e inclusão é que leva a escola a caminhar numa real busca pelo desenvolvimento das pessoas com necessidades educacionais especiais e, para isso precisamos de investimento tanto no ambiente físico, quanto na formação continuada dos professores e de todos envolvidos com o ensino.

Incluir, na educação, requer repensar as estratégias de ensino visando um público específico e com características próprias, que no caso de nossa pesquisa, contempla as “pessoas surdas ou com deficiência auditiva”.

No caso dos surdos, a inclusão na sociedade passa pelo aprendizado da Língua Portuguesa (LP) e as condições de ensino dessa língua, nesse contexto, são diferentes das utilizadas para o ensino de alunos ouvintes. As estratégias de ensino, os materiais e as condições de ensino da língua são fatores fundamentais para o bom desenvolvimento do aprendizado da LP pelos surdos. Desta questão, o ensino de LP para surdos, é o que trataremos neste artigo.

## **1. Contribuições do decreto**

O decreto citado prevê que os alunos surdos terão direito a uma escola “bilíngue”, com “professores bilíngues” e o próprio documento nos explica o termo: “aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo”.

No entanto, sabemos que o distanciamento entre a lei e a verdade diária das salas de aula pode ser muito grande e nem sempre educadores e gestores, por fatores que extrapolam o ambiente escolar, conseguem cumprir de forma efetiva o que as leis regem como adequado. A

ausência de materiais, formação complementar dos profissionais, fatores sociais etc. não são controlados pelos professores, que precisam conviver e se adaptar às condições de trabalho que efetivamente possuem.

Mas temos de concordar que o decreto trouxe novos desafios para as práticas escolares:

De fato, esse ato presidencial nos põe o desafio de construir novas práticas pedagógicas, o que, por sua vez, nos demanda a revisão profunda de conceitos para que o futuro não faça repetir o passado e seus equívocos (SOUZA, 2007, p. 32).

O decreto representa uma conquista dos movimentos sociais ligados à educação de surdos e nos permitiu “romper com os modelos do passado para negar os sentidos de inclusão que os sustentavam” (SOUZA, 2007) e nos permitiu um novo momento na educação dos surdos e no trabalho em parceria com essa comunidade.

## **2. Dificuldades com a LP e os reflexos no cotidiano do surdo**

No convívio com surdos percebemos muitas dificuldades enfrentadas por essa comunidade. Relatos de surdos e professores nos revelam que há uma grande dificuldade no ensino de Língua Portuguesa para esse grupo e essa dificuldade apresenta reflexos em todas as etapas de escolarização dos surdos, que ficam comprometidas pelo não domínio de LP e em muitos casos, pelo não domínio da língua de sinais. Pensando nas dificuldades do surdo com o uso da LP e avaliando o ensino tanto de Libras, quanto LP, na escola regular, percebemos que há um distanciamento entre as línguas usadas no cotidiano dos alunos e a língua que se quer ensinar na escola. Segundo Byalistok (2005, p. 417):

Uma porção significativa de crianças entram no universo do aprendizado de línguas expostos à várias delas. Essas crianças são obrigadas a se comunicar usando sistemas diferentes e vão para a escola onde o discurso instrucional não carrega semelhança alguma à língua usada em casa. Normalmente poucas perguntas são feitas e poucas preocupações são expressas pelos pais, professores, ou políticos. Em muitas culturas, essa aceitação inerte indica que a experiência é tão comum, que não é detectada como anômala ou é tão decisiva para a sobrevivência que é inútil desafiá-la. Todavia, uma experiência tão abrangente no seu impacto quanto à maneira na qual a língua é aprendida e usada nos primeiros anos pode, muito bem, ter um impacto no desenvolvimento cognitivo de uma criança. (Tradução nossa)<sup>1</sup>

Apesar da análise da autora não ser direcionada aos alunos surdos, ela nos aponta para um problema maior, que envolve o aprendizado de qualquer língua, pois as crianças encontram diferentes oportunidades de uso da língua no ambiente escolar. Com a criança surda essa é uma situação percebida de muitas formas. Nem sempre a criança surda conhece a língua de sinais antes de ir para a escola, nela é que se dará o primeiro contato da criança

---

<sup>1</sup> “A significant portion of children in the world enter the realm of language learning exposed to multiple languages. These children are required to communicate using different systems and proceed to school where the instructional discourse bears no resemblance to the language at home. Normally, few questions are asked, and few concerns are expressed by parents, teachers, or politicians. In many cultures, this quiet acceptance indicates that the experience is either so common that it is not detected as anomalous or so crucial for survival that it is futile to challenge it. Yet, an experience as broad in its impact as the way in which language is learned and used in the first years may well have an impact on the child’s cognitive development”.

com outros surdos e ao mesmo tempo haverá o ensino de LP para esse estudante. Em outros casos a criança conhece a LS, mas na escola terá de aprender outra língua, a LP.

Essas variações no processo de ensino-aprendizagem das línguas, a que as crianças surdas são submetidas, apresentam reflexos em todo o processo escolar. Infelizmente, não são poucos os relatos de surdos que têm dificuldade para conseguir inserção em setores onde a LP é necessária.

Os surdos precisam, por exemplo, da LP para o exame vestibular e encontram dificuldades em ultrapassar essa barreira. Um estudo realizado a esse respeito (SANTOS; PEREIRA; CARVALHO, 2010) aponta dificuldades dos alunos no vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais. Enquanto membros dessa comunidade (Universitária), sabemos da ausência dos surdos na Universidade. Diferentemente de outros grupos e lugares, não encontramos um grupo de surdos conversando no intervalo das aulas, nos eventos e no campus em geral. E por muitas vezes nos perguntamos: onde eles estão? Por que não fazem parte da UFMG?

O caso citado no artigo apenas ilustra uma realidade que também faz parte do cotidiano de várias outras universidades do nosso país. A barreira linguística, dentre outros fatores, tem impedido os surdos de disputar e acessar, em igualdade de oportunidade, com os ouvintes, os ambientes da sociedade que requerem o uso da LP. Concordando com Freire (1999) afirmamos:

[...] a aprendizagem de Língua Portuguesa, como primeira ou como segunda língua, é direito de todo cidadão brasileiro e que o ensino desta língua é de responsabilidade da escola. Se o fracasso existe, ele tem que ser enfrentado a partir de uma proposta nova calcada nas reais necessidades do aprendiz surdo, para quem a primeira língua é a Língua de Sinais e para quem a Língua Portuguesa é uma segunda língua com uma função social determinada (p. 26).

E por acreditar que muito ainda pode ser feito no ensino de LP para surdos é que propomos esta pesquisa, baseados num ensino que respeite a Educação Bilíngue do surdo, suas concepções e especificidades.

### **3. Os materiais didáticos disponíveis para ensino de Língua Portuguesa para surdos**

Em um levantamento dos materiais didáticos para o ensino de LP para surdos, descobrimos a carência de livros e publicações disponíveis, principalmente aqueles que seguem o modelo do livro didático tradicional da escola, o que compromete o trabalho de professores e o aprendizado de alunos surdos.

Os materiais didáticos constituem um suporte fundamental para os professores de qualquer disciplina. A partir de materiais disponíveis, como livros didáticos, o professor pode nortear suas unidades letivas, programar as atividades de uma aula e também adaptá-las para o contexto de seus alunos. É comum que nas escolas, públicas ou privadas, alunos e professores trabalhem com livros didáticos, o que contribui para o desenvolvimento da turma. Além disso, o fato de o aluno possuir um livro e levá-lo para casa representa a possibilidade de pesquisa por parte dele e de seus familiares. O livro deixa de ser um objeto distante da realidade do aluno e passa a ser um elemento do cotidiano.

Mas no caso dos professores que atuam com o ensino de alunos surdos há uma lacuna, pois não dispomos de um volume representativo de materiais para o ensino das disciplinas da escola, que contemplem a educação bilíngue dos surdos. Sendo assim, o professor de cada disciplina fica responsável por pesquisar ou elaborar atividades e materiais didáticos para o

aluno surdo. A realidade do professor brasileiro agrava essa situação, pois ele nem sempre dispõe de tempo para a pesquisa e elaboração de materiais adequados às suas aulas. Mesmo que disponha de tempo para essa atividade, ao iniciar uma busca por livros ou materiais para o ensino de estudantes surdos, o professor logo perceberá a carência desses materiais, mesmo que para compra.

Ao pensarmos na situação citada acima, fizemos uma busca pelos materiais disponíveis para os professores de Língua Portuguesa, que são o foco da nossa pesquisa. Nossa tentativa era a de encontrar materiais para o ensino de alunos surdos, sob as bases da educação bilíngue.

Após uma pesquisa conseguimos alguns materiais que abordam o ensino de LP para surdos. Acreditamos que haja um número maior de materiais, mas eles talvez ainda não tenham sido publicados ou disponibilizados para consulta virtual. Alguns desses materiais estão disponíveis em sites de instituições públicas. Os livros “Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica”, volumes 1 e 2 (SALLES; FAULSTICH; CARVALHO; RAMOS, 2004) e o livro “Ideias para Ensinar Português para Alunos Surdos” (QUADROS; SCHMIEDT, 2006), são publicações disponíveis de forma impressa e também no site do Ministério da Educação e são voltadas para educadores.

O que podemos destacar desses materiais é que eles possuem uma estrutura semelhante. Primeiramente apresentam questões teóricas da educação dos surdos, Libras, bilinguismo etc.. Em seguida apresentam alguns exemplos de atividades que os professores podem adotar na sala de aula.

Outros materiais, que foram elaborados e publicados por instituição pública são as “Orientações curriculares – Proposição de Expectativas de Aprendizagem – Língua Portuguesa para Pessoa Surda” (SÃO PAULO, 2008); o “Projeto Toda Força ao 1º ano – contemplando as especificidades dos alunos surdos” (SÃO PAULO, 2007). Outro material muito interessante dessa mesma instituição são as “Orientações Curriculares- Proposições de Expectativas de Aprendizagem – Língua Brasileira de Sinais (SÃO PAULO, 2008).

Já nesses materiais encontramos uma estrutura que apresenta a situação da educação dos surdos e sua condição linguística. Também apresentam ideias, exemplos de atividades que os professores podem utilizar na sala de aula. Por tratarem de “Orientações curriculares”, esses materiais possuem as expectativas de ensino e aprendizagem para os alunos. Além das proposições para a LP, também há proposições para o ensino de Libras, o que representa um importante avanço na educação dos surdos. Todos esses materiais são direcionados aos professores da rede pública de ensino.

Quando uma instituição pública elabora e implementa medidas, como as descritas nesses documentos, podemos afirmar que a educação bilíngue começa a ganhar ações efetivas dessas instituições, pois elas estão preocupadas em promover um desenvolvimento pleno dos alunos surdos. Essas atitudes nos apontam para uma mudança nas práticas escolares.

Além dos materiais já citados também encontramos dois manuais que não apresentam as discussões teóricas relacionadas ao ensino de LP para surdos, ou sobre a situação linguística do surdo. São materiais que trazem propostas atividades para o ensino de LP para surdos. O livro “Atividades ilustradas em sinais da Libras” (ALMEIDA; DUARTE, 2004) apresenta uma série de atividades voltadas para a aprendizagem de vocabulário.

Já o livro “Português ...eu quero ler e escrever” (ALBRES, 2010) apresenta, além das atividades de vocabulário, algumas atividades que partem da leitura e produção de gêneros textuais. Esse livro se destaca como uma boa fonte para alunos e professores que trabalham com o ensino de LP para surdos, pois é uma tentativa de uso de textos completos e não apenas de palavras isoladas e descontextualizadas. Esses dois últimos livros foram adquiridos em

sites de venda; não são publicações de instituições públicas e não estão disponíveis para pesquisa na internet.

Após essa breve análise, podemos fazer algumas afirmações sobre os materiais disponíveis:

- a) O número de materiais publicados para o ensino de LP para surdos é limitado;
- b) Os materiais disponíveis não estão acessíveis a todos os professores;
- c) As atividades ligadas ao ensino de vocabulário desvinculado do contexto são frequentes nesses materiais;
- d) Não dispomos de publicações nos moldes dos livros didáticos;

Essas constatações nos levam a questionar e pensar a situação vivida pelos docentes dos alunos surdos, que na falta de materiais desenvolvidos para esse fim, ficam sujeitos a alternativas, que talvez não contribuam para o desenvolvimento da leitura e escrita dos surdos. Chegamos então ao problema central de nossa pesquisa, que aqui aparece em forma de pergunta, mas que envolve muitos outros questionamentos, acerca dos quais pretendemos refletir durante as etapas de pesquisa que se seguirão.

Na ausência de materiais didáticos específicos para o ensino de Língua Portuguesa como L2 para surdos, os professores estão utilizando os mesmos materiais e técnicas de ensino de LP como língua materna? Como os professores estão suprindo essa lacuna?

A partir da observação das aulas de LP de uma turma de alunos surdos, que utilizem a Libras no ambiente escolar, pretendemos verificar possíveis respostas, sabendo que outras perguntas surgirão no processo de pesquisa.

#### **4. A Libras e a situação bilíngue do surdo**

A situação bilíngue dos surdos já foi observada em outros trabalhos (BRITO, 1993; BERNARDINO, 2000; QUADROS, 1997; FERNANDES 2010). Para alguns linguistas, o bilinguismo, como nos aponta Quadros (2010, p.28), é entendido como “o uso que as pessoas fazem de diferentes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais”. Segundo Myers-Scotton (2006, p. 3),

Ser bilíngue não implica o domínio completo de duas línguas. Além disso, falantes mais experientes raramente são igualmente fluentes em duas línguas... Dizemos que os falantes são bilíngües, quando eles também adquiriram ou aprenderam a falar ou entender - no mínimo - algumas frases que mostram as relações estruturais relações internas em uma segunda língua. (Tradução nossa)<sup>2</sup>

Já percebemos que não é tarefa fácil definir o que caracteriza um falante bilíngue, afinal é muito difícil quantificar qual seria o nível exato de proficiência de um falante uma língua. Não há um instrumento que permita definir o que é mínimo ou máximo no desempenho de uma língua. Mas concordamos com Myers-Scotton (2006, p.3) no fato de que:

---

<sup>2</sup> “Being bilingual doesn’t imply complete mastery of two languages. Further, speakers are rarely equally fluent in two languages... We say that speakers are bilingual when they have also acquired or learned to speak or understand – as a minimum – some phrases that show internal structural relations in a second language”.

Uma coisa nós sabemos: Com algumas exceções, poucas pessoas são bilíngües proficientes numa segunda língua, como eles são em sua primeira língua. E, se falarem várias línguas, eles geralmente não falam todas elas igualmente bem (Tradução nossa).<sup>3</sup>

Essa análise da autora faz referência ao aprendiz e falante de qualquer língua e podemos associá-la ao caso dos surdos, que apresentam diferentes constituições no aprendizado da língua materna (L1) e de uma segunda língua (L2), pois há surdos que aprenderam a língua de sinais na infância como (L1), mas também encontramos surdos que só tiveram contato com a LP durante a infância e só tiveram acesso à língua de sinais na idade adulta. Esse fato é preocupante, pois a idade de aprendizado da língua de sinais, interfere em todo o processo de formação da linguagem do surdo.

No caso dos surdos, houve uma vasta discussão entre linguistas e educadores sobre sua situação bilíngue. Além disso, as correntes educacionais<sup>4</sup> que já nortearam a educação dos surdos culminaram no atual modelo, chamado de Bilíngue. Nele o surdo possui como língua natural (L1), a Língua de Sinais, que no caso do Brasil é a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Nessa corrente, a língua oral do país, no caso do Brasil, a Língua Portuguesa, é entendida como a segunda língua dos surdos (L2). Não é objetivo de nosso estudo descrever parâmetros ou fenômenos da Libras, mas algumas informações sobre essa língua são fundamentais para descrição do contexto desta pesquisa. Além disso, não podemos ignorar o fato de a Libras, como qualquer outra língua, constituir elemento de identidade de uma comunidade:

Qual é a atração de um grupo de ter a sua própria língua? Ela serve como um crachá de identificação positiva. Quando os grupos estão em contato, eles valorizam sua língua, mas normalmente o grupo menos poderoso aprende a língua do outro grupo, e não vice-versa. Ou, às vezes perto de seus pares, utilizam uma linguagem neutra, não dando nenhuma deferência a insígnia ou grupo de identificação (MYERS-SCOTTONN, 2006, p.9, tradução nossa).<sup>5</sup>

A comunidade surda do Brasil possui a Libras como a mais forte característica de constituição do sujeito surdo, que gostam de utilizá-la e divulgá-la, mas essa língua sempre foi menosprezada em relação à língua dos ouvintes. Ela é, inclusive, um elemento que caracteriza aqueles que fazem parte, ou não, da comunidade surda. A Libras é uma língua de modalidade visual-espacial, utilizada pela comunidade surda do Brasil. Ela apresenta as características comuns às línguas, sejam orais-auditivas ou visuais-espaciais. Ela possui estrutura própria, variação, parâmetros fonológicos etc. A língua acontece com o uso de

---

<sup>3</sup> “One thing we do know: With some exceptions, few bilinguals are as proficient in any second language as they are in their first language. And, if they do speak several second languages, they generally don’t speak all of them equally well”

<sup>4</sup> A dissertação de Rodrigues (2008) apresenta uma retrospectiva detalhada das correntes educacionais ligadas à educação de surdos.

<sup>5</sup> “What is the attraction for a group of having its own language? It serves as a positive badge of identification. When groups are in contact, they both value their own language, but typically the less powerful group learns the other group’s language, not vice versa. Or, sometimes near-peers communicate in a neutral language, giving no deference to either group’s badge of identification. Either way, language’s function as a badge promotes bilingualism because it promotes maintaining L1s and learning at least a neutral L2”.

elementos manuais, corporais e faciais necessários. Além disso, a Libras, como outras Línguas de Sinais, é a língua natural dos surdos. Segundo Brito (1993):

Além da função comunicativa, as línguas naturais têm outra importante função que é a de suporte linguístico para a estruturação do pensamento. Sendo assim a LSCB<sup>6</sup> é a língua natural dos surdos e ela promove a função cognitiva, que dá suporte à linguagem (p.58).

A partir da Libras o surdo tem a oportunidade de interagir com seus pares de forma natural. Ela é usada em todos os contextos de interação, desde que alguém no local também compreenda a língua, mesmo que essa pessoa seja um intérprete de Língua de Sinais (ILS). Mas por viver em um país no qual a língua da maioria ouvinte é o português, os surdos também precisam aprender essa língua.

Como a LP é de modalidade oral-auditiva e a Libras é uma língua de modalidade visual-espacial, muitos ainda questionam se o surdo, realmente, é um Bilíngue. Uma reflexão de Quadros (2010, p.29) demonstra o fato:

[...] se não fosse a diferença na modalidade, todos teriam tranquilidade em reconhecer as pessoas surdas como bilíngues. Elas nascem no Brasil e, portanto, fariam a língua portuguesa.

Aceitar que o surdo é um bilíngue promove mudanças nas opções de ensino da L1 e L2 dos surdos e muitos professores começam a aceitar esse fato, mas não sabem como essa mudança de pensamento deve acontecer na sua prática de sala de aula: o que ele deve fazer para contemplar a convivência, o uso e a aprendizagem dessas e nessas duas línguas?

O número de pesquisas sobre o tema é crescente, mas o professor ainda é carente de materiais e cursos que abordem o tema.

Passada a etapa de considerar um surdo como Bilíngue, passamos para um outro estágio, a definição do tipo de Bilinguismo dos surdos, que é definido por Brito (1993):

O tipo de bilinguismo (dos surdos) é o diglótico, isto é, o uso em separado de duas línguas, mesmo que de modalidades diferentes, cada uma em situações distintas. A Língua de Sinais será usada em todas as situações em que uma língua materna é usada nas escolas, exceto no que se refere à escrita e à leitura, onde ela pode ser o meio, mas não objetivo. Concluindo, o Bilinguismo Diglótico pode ser considerado a forma mais eficiente de abordagem educacional do surdo, seja este portador de surdez leve ou profunda. Além do mais, constitui-se na única possibilidade de desenvolvimento psicossocial e cognitivo do surdo, na sua plenitude (p. 65).

E complementando com a explicação de Quadros (1997):

O bilinguismo envolve a competência e o desempenho em duas línguas, podendo ser individual ou grupal. A diglossia envolve uma situação linguística em que duas línguas estão em relação de complementaridade. O bilinguismo e a diglossia podem ocorrer simultaneamente (p. 31).

---

<sup>6</sup> Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros. Essa terminologia foi usada por muito tempo e mais tarde a comunidade surda adotou o nome Libras.



Sendo assim, a LP seria usada nas situações em que há o contato com o ouvinte ou com a leitura e escrita. Já a Libras seria usada nas comunicações informais e com os pares, mas para um efetivo respeito à condição Bilíngue do surdo temos que adotar o uso da Libras na instrução escolar. Nesse sentido, Brito (1993), já orienta que “o ensino de todas as disciplinas no primeiro e segundo graus deve ter a LSCB como língua de instrução, pois essa é a língua materna dos surdos” (p. 49).

Caso o professor ainda não seja fluente em Libras, poderá recorrer a um assistente surdo, que o ajudará na transmissão dos conteúdos, mas seria ideal que a comunicação entre professor e aluno fosse direta, sem a participação de um intérprete. Para que essa instrução se concretize na escola, todos os professores de surdos seriam também surdos ou professores bilíngues, mas para que isso aconteça, profissionais precisam ser formados e ainda esbarramos nessa realidade.

## 5. A educação bilíngue

Ao debatermos a aceitação de duas línguas de instrução na escola e a formação de professores Bilíngues, já estamos entrando em outro campo: o da Educação Bilíngue. Sobre isso Slomski afirma que:

Falar de Educação Bilíngue, no campo da educação dos surdos, consiste reconhecer a coexistência de duas línguas ao redor da criança surda e do direito que esta tem de adquirir uma língua natural e também de aprender a língua oficial do país (Língua Portuguesa, no caso do Brasil) como uma segunda língua (2010, p. 47).

Na Educação Bilíngue (EB), além do respeito ao uso da Libras no ambiente da escola, outros fatores seriam respeitados, como a inclusão de adultos surdos na escola, seja para a composição do quadro de funcionários, seja para a participação da comunidade surda. A presença de professores bilíngues, materiais adequados, etc. A EB aponta para um novo modelo relativo ao tratamento da surdez, que deixa de ser considerada uma deficiência e passa a ser encarada como uma diferença na escola.

Nesse contexto da EB, o ensino de LP ganha novas dimensões: afinal estamos tratando do ensino de uma língua que era vista como nativa (L1) e que agora ganha contornos de L2 e uma mudança teórica e metodológica se faz necessária para o ensino de LP, que passa a ser ensinada na perspectiva “instrumental” (FREIRE, 1999, p.26), para leitura e escrita. Como explica Quadros:

Os conteúdos devem ser trabalhados na língua nativa das crianças, ou seja, na Libras. A língua portuguesa deverá ser ensinada em momentos específicos das aulas e os alunos deverão saber que estão trabalhando com o objetivo de desenvolver tal língua. Em sala de aula, o ideal é que sejam trabalhadas a leitura e a escrita da língua portuguesa [...] (QUADROS, 1997, p. 32).

Mas assim como no ensino da LP para ouvintes há uma revisão dos métodos, que antes eram pautados em atividades metalinguísticas, mas que hoje explora as situações de uso da língua e suas manifestações nos mais diversos gêneros textuais, no ensino de surdos também precisamos dessa nova visão, pois as aulas formais podem auxiliar no processo de aquisição, facilitando o desenvolvimento natural da língua, mas só poderá ser útil quando as oportunidades de comunicação na L2 forem oferecidas ao aluno.

As reflexões sobre a Libras, o Bilinguismo e a Educação Bilíngue dos surdos são fundamentais para compreendermos os problemas e avanços que o processo de inclusão e ensino-aprendizagem dos surdos já passou e em que momento desse percurso se encaixa nossa pesquisa.

A partir dessas discussões e de outros questionamentos é que propomos outro olhar para a sala de aula e do ensino de LP para surdos. Para isso, nos preocuparemos durante nosso estudo, em dar uma atenção direcionada ao professor, suas práticas, suas escolhas didáticas, o que ele julga ser o “ensino de LP para surdos”, o que é uma escola bilíngue.

Para a realização da pesquisa será utilizado o método da observação participante (GIL, 1999), que contará com o uso das notas de campo (LÜDKE; ANDRE, 2005); aplicação de questionários (GIL, 1999) e a entrevista semiestruturada (SELLTIZ, 1967). E após a observação das aulas de um professor de LP para surdos, poderemos, então, enumerar e classificar as atividades utilizadas pelo professor e, em seguida, avaliar a contribuição desses materiais para o processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita em LP dos alunos surdos.

Tratamos neste artigo de uma pesquisa em andamento, que pretende avaliar os materiais didáticos utilizados nas aulas de LP para surdos. Em que medida esses materiais contribuem para a educação e inclusão de surdos será nosso objetivo. Esperamos conseguir resultados expressivos, que apoiem pesquisadores e professores da área e que sirvam de amparo para novas iniciativas na educação de surdos.

## REFERÊNCIAS

- ALBRES, Neiva de Aquino. *Português ...eu quero ler e escrever*. São Paulo, SP: Instituto Santa Terezinha. 2010. 116 p.
- ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi; DUARTE, Patrícia Moreira. *Atividades Ilustradas em Sinais da Libras*. Revinter. Rio de Janeiro, RJ. 2004. 241 p.
- BERNARDINO, Elidea Lucia. *Absurdo ou lógica? Os surdos e sua produção linguística*. Belo Horizonte: Ed. Profetizando Vida, 2000.
- BYALISTOK, E. *Consequences of bilingualism for cognitive development*. IN: KROLL, J. & DE GROOT, A. M. (orgs.) *Handbook of Bilingualism – Psycholinguistic Approaches*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- BRASIL. Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005.
- BRITO, Lucinda Ferreira. *Integração social & educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel, c1993. 116p.
- FERNANDES, Eulalia (org.); SILVA, Angela Carrancho da. *Surdez e bilinguismo*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. 103 p.
- FREIRE, Alice M. da Fonseca. In. SKLIAR, Carlos. Org. *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999. 2 v. (broch.).
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p. (broch.).
- LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A.(Marli Elisa Dalmazo Afonso de). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 9ª reimp. São Paulo: E.P.U., 2005. 99p. (Broch.).
- LIMA, Priscila Augusta. *Educação inclusiva e igualdade social*. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. (broch.).
- MYERS-SCOTTON, C. *Multiple Voices. An Introduction to Bilingualism*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.
- QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997. 126 p. (broch.).
- QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L.P. *Idéias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120p.

QUADROS, Ronice Müller de. *O 'BI' em bilinguismo na educação de surdos*. In FERNANDES, Eulalia (org.); SILVA, Angela Carrancho da. *Surdez e bilinguismo*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. 103 p.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília: Ministério da Educação, 2004. 2 v.

RODRIGUES, Carlos Henrique; CASTANHEIRA, Maria Lúcia UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Situações de incompreensão vivenciadas por professor ouvinte e alunos surdos na sala de aula: processos interpretativos e oportunidades de aprendizagem*. 2008. 238 f. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/FAEC-85LMNK>>. Acessado em: 15/01/2012.

SANTOS, Simone Aparecida; PEREIRA, Thiago Ronan dos Santos; CARVALHO, Wellington Marçal de. O Surdo e o Vestibular: Caso da Universidade Federal de Minas Gerais. In Revista virtual de cultura e diversidade. Edição nº 06. Editora Arara Azul. Set. de 2010. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=405>. Acessado em 10/02/2012.

SÃO PAULO. Orientações Curriculares. Proposições de expectativas de aprendizagem. Educação infantil e ensino fundamental. Língua Brasileira de Sinais. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretária de Educação. 2008. 128 p.

SÃO PAULO Orientações Curriculares. Proposições de expectativas de aprendizagem. Educação infantil e ensino fundamental. Língua portuguesa para pessoa surda. . Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretária de Educação. 2008. 112 p.

SÃO PAULO. Projeto toda força ao 1º ano. Contemplando as especificidades dos alunos surdos. 2007. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretária de Educação. 144 p.

SELLTIZ, Claire et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo. Herder, 1967.

SLOMSKI, Vilma Geni. *Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas*. Curitiba, PR: Juruá, 2010. 123 p. (broch.).

SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRE, Núria; ARANTES, Valéria Amorim. *Educação de surdos: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2007. 207 p. (broch.).